



# **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O IMPACTO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DESENVOLVIDAS PELO PROJETO DE EXTENSÃO LAMPIAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Ana Clara Machado Ferreira Dias<sup>1</sup>  
Esaú Castro de Albuquerque Melo<sup>2</sup>  
Guilherme Sousa Medeiros da Silva<sup>3</sup>  
Micael Fabrício Higino de Siqueira<sup>4</sup>  
Yasmim Cristina Medeiros da Silva<sup>5</sup>

## **RESUMO**

A extensão universitária pode apresentar impacto significativo nas escolas públicas, propiciando valorosa troca de experiências entre estudantes universitários e secundaristas. Diante disso, o presente artigo objetiva proporcionar uma reflexão acerca do impacto de ações extensionistas, com base nas práticas desenvolvidas pelo Projeto de Extensão Lampiar em escolas públicas da cidade de Mossoró/RN. O texto foi escrito a partir de uma pesquisa bibliográfica e de estudo de caso das ações da Lampiar nas escolas públicas selecionadas. Tais ações tem a educação libertadora de Paulo Freire como escopo, estabelecendo uma troca recíproca e horizontal de saberes e percepções entre os secundaristas e universitários. Em seus resultados, o artigo apresenta um breve panorama acerca da educação no Brasil, ressaltando sua qualidade de direito social e garantia constitucional; reflete sobre os desafios do Ensino Médio no Brasil; destaca a função social da extensão universitária; e analisa as ações de extensão desenvolvidas pela Lampiar nas escolas públicas. Conclui-se que a extensão universitária, que contemple a um só tempo perspectivas científicas e artísticas, podem ensejar interessantes impactos na formação de estudantes, proporcionando uma integração entre a universidade e a comunidade.

1 Graduada em Direito na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. claradias@alu.uern.br

2 Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Administração Pública – Universidade Federal Rural do Semi-Árido. esau.castro@ufer-sa.edu.br

3 Graduando em Direito na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. sousamedeiros@alu.uern.br

4 Graduando em Direito na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. micael20230017786@alu.uern.br

5 Graduada em Direito na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. yasmimcristina@alu.uern.br





**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão universitária; Escolas públicas; Lampiar.

## **UNIVERSITY EXTENSION: THE IMPACT OF EXTENSION ACTIONS DEVELOPED BY THE LAMPIAR EXTENSION PROJECT IN PUBLIC SCHOOLS**

### **ABSTRACT**

University extension can have a significant impact on public schools, facilitating valuable exchanges of experiences between university students and high school students. In light of this, this article aims to provide a reflection on the impact of extension activities, based on the practices developed by the Lampiar extension project in public schools in the city of Mossoró/RN. The text was written based on bibliographic research and a case study of Lampiar actions in selected public schools. These actions are guided by Paulo Freire liberating education, fostering a reciprocal and horizontal exchange of knowledge and perceptions between high school and university students. In its results, the article presents a brief overview of education in Brazil, emphasizing its quality as a social right and constitutional guarantee; reflects on the challenges of high school education in Brazil; highlights the social role of university extension; and analyzes the extension activities developed by Lampiar in public schools. It is concluded that university extension, encompassing both scientific and artistic perspectives, can lead to interesting impacts on student development, fostering integration between the university and the community.

**KEYWORDS:** University extension; Public schools; Lampiar.

### **1 INTRODUÇÃO**

Inicialmente, faz-se inescusável analisar que a relação entre extensão e educação é mais íntima e necessária para o desenvolvimento pleno de uma sociedade justa e igualitária do que a maioria compreende. A extensão universitária, por sua vez, desempenha um essencial papel na propagação de conhecimentos fundamentais, bem como é um dos pilares que sustenta a ponte que interliga a academia com a comunidade, sendo as atividades extensionistas formas de aplicar o conhecimento construído no meio acadêmico à resolução de problemas e conflitos reais enfrentados por toda a sociedade. Tudo isso visa um único objetivo: contribuir para o desenvolvimento local e o bem-estar da população.

No mesmo sentido, entende-se que o ensino nas universidades públicas, apesar de ser completo e de relevante qualidade, deve ser posto em prática por meio das atividades de extensão, uma vez que, dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos na prática,





adquirindo valiosas experiências e desenvolvendo ainda mais um senso de responsabilidade social.

Assim, o presente artigo visa analisar o impacto direto e indireto das atividades extensionistas realizadas pela Revista Acadêmica Lampiar, em particular aquelas que foram realizadas no âmbito das escolas públicas de Mossoró - Rio Grande do Norte. Com essa reflexão, busca-se tornar evidente a importância de tais atividades para catalisar mudanças positivas e inovadoras no ensino público, deixando em destaque como essas iniciativas podem contribuir com a melhoria na qualidade de educação e para a promoção de um meio estudantil mais inclusivo.

## **2 EDUCAÇÃO NO BRASIL: GARANTIA CONSTITUCIONAL**

A história da educação no Brasil é marcada por uma série de transformações ao longo dos séculos. Os primeiros registros de instituições educacionais no país remontam ao período colonial, quando a educação estava restrita aos conventos e destinava-se principalmente à formação religiosa, reservada, essencialmente, a uma pequena parcela da população, precisamente aos membros da elite que governavam e exerciam controle sobre os meios de produção. Nos anos subsequentes, a exclusão de determinadas classes sociais perpetuou a manutenção de uma educação elitista e excludente. Em outras palavras, a educação permaneceu como um objeto distante da maioria da população, como discutido por Ferreira Junior (2010, p. 13):

Em outras palavras, elitismo e exclusão formam o binômio que marcou os "500 anos" da História da Educação Brasileira. Da longa hegemonia jesuítica de 210 anos, no período colonial, até o final do século XX, a educação escolar brasileira significou, a um só tempo, tanto exclusão das classes populares como formação intelectual das elites econômicas que secularmente governam o Brasil.

Deve-se destacar, contudo, algumas iniciativas que surgem visando a construção das escolas públicas, como a criação das escolas normais e a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, propiciando o pensar em uma abertura no que diz respeito ao acesso igualitário para todos. Já em 1930, com a reforma educacional de Anísio Teixeira e a influência do movimento da Escola Nova, o país começou a promover uma educação mais inclusiva e centrada no aluno. Desde então, houve avanços significativos na expansão do sistema educacional brasileiro, com a criação de universidades públicas e a ampliação do acesso à educação básica (Ferreira Junior, 2010).

Atualmente, a educação no Brasil é consagrada como uma garantia constitucional, sendo um dos pilares fundamentais que impulsionam o pleno desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade. Essa premis-





sa encontra-se estabelecida na Constituição Federal de 1988, que institui a educação como um direito universal, ao mesmo tempo em que atribui ao Estado a responsabilidade de criar as condições necessárias para assegurar o desenvolvimento educacional pleno da população. Portanto, o Estado desempenha um papel fundamental ao reconhecer sua função ativa na promoção da igualdade de oportunidades, bem como na garantia do acesso universal e na manutenção dos cidadãos no ambiente escolar.

Assim, conforme preconizado pelo artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e, simultaneamente, um dever que cabe ao Estado e à família, assim como discorre Duarte (2007, p. 698):

Como consequência, tem-se que o poder público, titular do dever jurídico correlato ao direito à educação, conforme expressamente previsto no artigo 205 da CF/88, deverá organizar-se para fornecer os serviços educacionais a todos, de acordo com os princípios estatuídos na Constituição, sempre no sentido de ampliar cada vez mais as possibilidades de que todos venham a exercer igualmente este direito.

Adicionalmente, no artigo 206, encontram-se estipulados diversos princípios que devem guiar o sistema educacional brasileiro, exemplificando: a igualdade de condições de acesso, o exercício pleno de diversas liberdades (de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o conhecimento), a defesa ao pluralismo de ideias, a gratuidade do ensino oferecido pelo Estado, a eficiência de uma gestão alicerçada por bases democráticas e, por fim, a valorização do profissional da educação, garantindo, portanto, que a sociedade tenha um ensino público e de qualidade (BRASIL, 1988).

À medida que se estabelece todos os preceitos legais como garantia da educação como um direito universal, se torna perceptível a sua importância como um instrumento de transformação para a sociedade. Ela não apenas capacita os indivíduos para o mercado de trabalho, mas também os prepara para o exercício pleno de sua condição de cidadão.

Porém, se torna fundamental destacar que a garantia constitucional da educação no Brasil enfrenta desafios significativos em sua implementação. Diversos questionamentos são apontados nos mais variados debates educacionais, desde a qualidade de ensino, a valorização dos profissionais da educação, a infraestrutura das escolas e a gestão eficiente dos recursos públicos, demandando, portanto, uma atenção constante por parte do Estado e da sociedade, a fim de se firmar o compromisso para o desenvolvimento de uma sociedade sólida alicerçada pela educação.

## **2.1 Desafios do ensino médio no Brasil**

Embora a Constituição assegure o acesso à educação de forma justa e igualitária, assim como a presença contínua dos jovens estudantes nas esco-





las, deparamo-nos com uma série de desafios, especialmente no contexto do Ensino Médio. Esses desafios englobam questões relacionadas ao acesso, à permanência e à qualidade insatisfatória da educação proporcionada.

Vale destacar, antes de tudo, que a obrigatoriedade e, diante disso, o investimento estatal no Ensino Médio, é algo recente na história da educação brasileira, conforme aponta Krawczyk (2011, p. 755):

Desde meados da década de 1990, o Ensino Médio público brasileiro tem se expandido de maneira mais significativa. No entanto, a premissa da sua obrigatoriedade foi colocada recentemente pelo Governo Federal, por meio da Emenda Constitucional n. 59/2009, que amplia a obrigatoriedade escolar para a faixa dos 6 aos 17 anos de idade [...]

O Ensino Médio brasileiro, apesar de ser obrigatório, enfrenta uma série de desafios que têm um impacto direto na qualidade e eficácia do sistema educacional. Segundo a pesquisa de campo realizada por Tartuce et al. (2018) no período de 2014 a 2015, um dos principais problemas identificados no Ensino Médio é a falta de conteúdo além do currículo formal. Isso significa que existe uma lacuna significativa entre o que é ensinado nas escolas e as realidades sociais, culturais e políticas que afetam os jovens estudantes.

Nesse contexto, as observações de Zibas *et al.*, (2004, p. 114-115) complementam essa análise:

Os professores têm, em geral, grande dificuldade de se aproximar da cultura juvenil, pois ela é portadora de uma linguagem estranha ao mundo escolar e exprime necessidades e expectativas que a escola não reconhece como válidas. Esse distanciamento afunila a cultura da escola, empobrece as trocas entre os sujeitos da trama institucional e converte, muitas vezes, o conteúdo das disciplinas em elemento aversivo aos alunos.

Dessa forma, ao se verificar o distanciamento entre a escola e a realidade do universo estudantil, se molda uma percepção excludente dos jovens em relação ao ambiente escolar, sendo isso um fator predominante quando se visa analisar o alto índice de evasão escolar no ensino médio.

Além disso, é possível identificar vários outros desafios que contribuem significativamente para a precariedade do ensino médio no Brasil. Entre esses desafios, destacam-se: a influência exercida pela condição sociocultural dos estudantes em sua permanência na escola, sugerindo que algumas das razões para a evasão estão associadas a questões socioeconômicas, como apontado por Tartuce et al. (2018, p. 489); a ocorrência frequente de gravidez na adolescência e a formação de famílias precocemente, o que tende a ampliar o problema do abandono escolar; problemas relacionados à infraestrutura das escolas, à falta de diálogo eficaz entre professores e alunos, bem como a desafios de gestão que afetam o funcionamento adequado das





instituições de ensino.

Ao final das reflexões, torna-se evidente a imperiosa necessidade de cultivar um ambiente escolar propício à formação integral dos jovens estudantes, para além dos limites da formalidade inerente ao tradicional processo educativo. Conforme abordado por Tartuce et al. (2018, p. 490), isso implica em oferecer uma experiência educacional que abrace o universo singular dos jovens, fomentando um contínuo diálogo com os temas que permeiam e influenciam suas vivências na cultura juvenil. Nesse sentido, propõe-se a promoção de uma sinergia entre o ambiente escolar e o contexto sociocultural dos indivíduos, promovendo uma integração que favoreça a socialização e o pleno desenvolvimento dos alunos.

## **2.2 Função social da extensão universitária: ultrapassando as fronteiras da universidade**

A extensão universitária, desde seus primórdios, está alinhada aos interesses estudantis no que diz respeito à democratização do saber para grupos sociais vulnerabilizados. Conforme comunica Maria das Dores Pimentel Nogueira (2019, p. 26), as primeiras experiências latinas com esta área em pauta ocorreram no fim do século XIX e possuem forte influência inglesa. Esse fator, inevitavelmente, atribui aspectos da colonização à extensão, mas, ainda assim, é importante lembrar que os momentos de aprendizagem viabilizados para a parcela da classe operária que não tinha acesso às universidades eram organizados pelo corpo discente das instituições.

Quando se analisa a conjuntura educacional do Brasil em específico, é notório que a ditadura civil-militar, lembrada pelos seus anos de tortura e opressão – inclusive a movimentos sociais de jovens estudantes – se tornou um estorvo para a concretização de ações extensionistas eficazes e amplas em todo o país. Porém, iniciada a redemocratização, houveram “proposições de maior abertura política, mas também acadêmica, atribuindo-se à educação um papel fundamental, e às Universidades funções sociais e políticas, o que necessariamente envolve a Extensão” (Gonçalves, 2015, p. 1233).

Tais avanços se consolidam ainda mais com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual, em seu artigo 207, determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, em 1996 é sancionada a Lei nº 9.394/96, a qual aponta, no artigo 43, a extensão como uma das finalidades do Ensino Superior. Esses aparatos legislativos indicam, em suma, que ela é o principal meio a ser utilizado para que a universidade cumpra a sua função social, qual seja: fornecer soluções para problemas do coletivo brasileiro que afetam a população mais fragilizada (Nogueira, 2019).

A partir dessa contextualização, é possível, ainda, trazer à tona o conceito propriamente de “extensão universitária” apresentado na Política Nacional de Extensão Universitária de 2012, elaborada pelo Fórum de Pró-Rei-





tores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX):

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

Não restam dúvidas, então, do papel revolucionário e mútuo que atividades extensionistas desenvolvem para o corpo social. Revolucionário por colocar em evidência e buscar impactar positivamente realidades marginalizadas e por vezes negligenciadas pelos vetores políticos. Mútuo por beneficiar tanto a comunidade-alvo da ação como os estudantes envolvidos na realização dela, que, importa dizer, historicamente assumem o protagonismo do trabalho, de acordo com as explanações supracitadas. Além disso, tais práticas enriquecem os debates no Ensino Superior, que deixam de ser puramente teóricos e se tornam imbuídos de uma contextualização crítica e atual referente às mazelas sociais da nação.

O cumprimento dessas atribuições é visível em inúmeras práticas de projetos universitários que se preocupam com a sociedade e buscam promover eventos científicos e artísticos, apresentações culturais e prestam serviços aos indivíduos que não estão inseridos no contexto academicista. De acordo com Moacir Gadotti (2017, p. 13):

Os campos de atuação da Extensão Universitária são imensos e muito diversos, dependendo de que área estamos falando: ciências exatas, ciências humanas, ciências biológicas, ciências da Terra etc. Pode-se atuar no campo da formação, cultura, meio ambiente, na construção de conhecimento interdisciplinar, na qualificação profissional, na EJA, na transferência de tecnologia, desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, inovação, desenvolvimento institucional e novas tecnologias, práticas cidadãs em ambientes escolares, estágios e iniciação científica, criação de laboratórios e observatórios, desenvolvimento local rural... só para abrir um cenário de possibilidades.

Assim, é incontestável o poder de transformação que a extensão universitária tem, a começar pela gama de recortes e espaços que carecem de intervenções diretas e proveitosas. Para exemplificar ainda mais, citam-se as atividades que pretendem atuar em conjunto com estudantes de escolas públicas brasileiras, os quais sofrem com a precarização do ensino e dos espaços que ocupam, sendo, em muitas das vezes, afastados do desenvolvimento científico e artístico, já que as escolas carecem de recursos e infraestrutura adequada para projetos como esses. Somado ao contexto, é grande o número de crianças e adolescentes que sofrem com questões amplifica-





doras das disparidades sociais, tais como o fato de advirem de periferias e o fator raça/etnia, ambos alvos de preconceito.

Fica nítida, portanto, a importância de estudantes universitários refletirem analiticamente sobre as responsabilidades que assumem frente à coletividade quando adentram no Ensino Superior, além de se tornarem agentes ativos das mudanças necessárias nacionalmente. Daí se observa, conseqüentemente, o papel imprescindível dos projetos de extensão, visto que, à medida em que ofertam meios de contribuição social eficazes aos seus membros, fornecem assistência e escuta à população, sobretudo àquela parte que enfrenta adversidades diárias na garantia de seus direitos básicos, corroborando, dessa forma, uma aproximação eficaz das universidades com a sociedade.

### **2.3 Lampiar: ações de extensão em parceria com escolas públicas**

A Lampiar é um projeto de extensão de iniciativa estudantil vinculado e institucionalizado junto à Faculdade de Direito (FAD) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), cujos pilares de sustentação são o protagonismo estudantil e a democratização da transmissão do conhecimento para os diversos âmbitos da sociedade, não somente o corpo universitário, aliados a um olhar regionalista que busca valorizar a cultura e os saberes existentes no Nordeste brasileiro.

Apesar de ser conhecido popularmente enquanto Revista Acadêmica, uma vez que esta é o principal produto do projeto e visa criar oportunidades para publicação e crescimento pessoal, principalmente, de alunos da graduação, a Lampiar desenvolve diversas ações extensionistas ao longo dos semestres letivos, no intuito de aproximar os discentes e tudo aquilo que é produzido dentro da universidade da sociedade que a cerca.

Nesse sentido, com o objetivo de desempenhar o seu papel social e contribuir para o fortalecimento do ensino público das escolas de nível médio da região, a Lampiar desenvolveu algumas ações em parcerias com duas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio sediadas na cidade de Mossoró/RN, sendo elas: Escola Estadual Moreira Dias e Escola Estadual Professor José de Freitas Nobre.

Na primeira instituição, foram realizadas duas atividades. A primeira, intitulada "1ª Oficina de Redação para o ENEM" tinha o intuito, assim como o nome sugere, de oferecer aos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio uma oportunidade de aprender novas técnicas, bem como de entenderem cada parte do processo de construção de uma redação. O período do vestibular, devido a sua importância e seu impacto no futuro, gera enorme ansiedade e estresse nos estudantes, especialmente naqueles advindos de escolas públicas que, por vezes, não têm o investimento necessário para possibilitarem a melhor preparação desses discentes no que diz respeito ao







ingresso na universidade. Essa realidade foi o motivo propulsor para que a ação extensionista fosse desenvolvida, uma vez que a Lampiar, enquanto projeto de extensão, observou as dificuldades encontradas pela instituição e buscou, por meio da extensão, impactar positivamente a sociedade que a rodeia.

A segunda atividade possuiu um viés mais artístico, pilar formativo, juntamente da ciência, do Projeto de Extensão Lampiar, tendo como proposta principal criar um espaço em que os discentes do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Moreira Dias pudessem desenvolver suas individualidades por meio de uma oficina de colagem intitulada “Cola a tua ideia na nossa!”. A ação foi parte da programação do I ELO Uern, evento promovido pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) que visa fortalecer a aliança entre a universidade e a comunidade. Dito isso, o projeto tinha como objetivos não só ensinar a fazer colagens, mas também mostrar para os discentes que participaram do momento que a ciência e a arte podem caminhar juntas, ambas com sua importância e singularidade.

Já na Escola Estadual Professor José de Freitas Nobre, a Lampiar realizou o “ExtenCine Lampiar”, parte da programação do II ELO Uern, que tinha como objetivo discutir de maneira dinâmica os impactos do racismo estrutural na sociedade brasileira, tendo como ponto de partida o filme nacional “Medida Provisória” dirigido por Lázaro Ramos. Entendendo a relevância das questões raciais não só para os vestibulares, mas também para a formação crítica de cada indivíduo, o projeto tinha como objetivo principal contribuir com debates sobre os conflitos sociais e étnico-raciais existentes no país, bem como refletir acerca do uso do Direito para dar legitimidade a práticas racistas, perpetuando um racismo estrutural e institucional.

Nessa perspectiva, o Projeto de Extensão Lampiar, por meio de ações extensionistas, proporcionou uma maior aproximação entre a universidade e os alunos de ensino médio, entendendo as dificuldades encontradas pelas escolas públicas no que diz respeito ao fomento à ciência e à arte buscando meios para contribuir com a formação crítica e acadêmica dos discentes de ambas as escolas.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Um projeto verdadeiramente extensionista e preocupado em cumprir com a sua função social precisa, incontestavelmente, adotar abordagens que, além de críticas e contextualizadas, se conectem ao ensino e à pesquisa, indissociáveis entre si. Assim, para que ações aconteçam em ambientes externos às universidades, entende-se como necessário o aproveitamento dos conhecimentos advindos de discussões em salas de aula e de pesquisas científicas realizadas na Academia. É por isso que, nas atividades pensadas





e executadas pelo projeto de extensão Lampiar relativas às escolas públicas de nível médio mossoroenses, há uma metodologia bem definida entre os membros e com algumas etapas.

Nesse sentido, o presente texto foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica e de estudo de caso das ações da Lampiar nas escolas públicas selecionadas. Para o estudo de caso foram escolhidas as atividades: a “1ª Oficina de Redação para o ENEM”, ocorrida em 2022; a oficina de colagem intitulada “Cola a tua ideia na nossa!”, que também foi realizada em 2022; e o “ExtenCine Lampiar”, desenvolvido em 2023.

Quanto à duração e ao número de participantes de escolas públicas, as ações de extensão obtiveram os seguintes quantitativos: a “1ª Oficina de redação para o ENEM” contou com 22 alunos e com 2 horas/aula de duração; a oficina de colagem “Cola a tua ideia na nossa!” teve a participação de 27 estudantes secundaristas e mais 5 estudantes universitários, com 4 horas/aula; e o “ExtenCine Lampiar” contou com 22 participantes e o registro de 4 horas/aula.

Já em relação aos recursos utilizados em cada atividade, o projeto sempre conta com a colaboração da Uern, da escola alvo do evento e de pessoas convidadas. Sendo assim, para a oficina de redação, o professor Isaías Lucas, que está à frente do curso de redação “Scribo”, apresentou e explicou, com o auxílio de slides, os elementos que compõem o texto solicitado pelo Enem. Já para a oficina de colagem, foram disponibilizados revistas, colas, tesouras, papéis e lápis, e três alunas do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade, Maria Eduarda, Eula e Geovanna, foram convidadas para somar com as suas respectivas artes no momento, auxiliando os alunos na construção de suas produções. Por fim, para o “Extencine Lampiar”, o filme foi transmitido com o auxílio do projetor disponibilizado pela secretaria da escola e duas alunas do curso de direito da Universidade Federal-Rural do Semiárido (Ufersa), integrantes do Grupo de Leituras Críticas de Direito e Raça, foram convidadas para contribuir nesta atividade, promovendo reflexões e debates após a exibição.

Inicialmente, o processo criativo que leva à definição de cada uma das propostas inclui uma análise do público-alvo desejado (a exemplo, considera-se a série e a escola de destino), de modo a avaliar quais contribuições a universidade pode oferecer a ele. Definido isso, há a realização de uma pesquisa bibliográfica interdisciplinar – os membros da Lampiar são de diversas faculdades e estudam a realidade a partir de recortes distintos – com foco na temática-base da ação, que leva em conta as urgências dos participantes. E, no momento da execução propriamente, busca-se estabelecer uma troca recíproca e horizontal de saberes e percepções entre os secundaristas e os universitários, tal como proposto pelo método freireano.

A Lampiar, na verdade, se opõe a uma ideia de educação bancária, que pode ser invasiva e excludente, e entende que o conhecimento advém





de métodos ativos e críticos que respeitem as visões de mundo dos participantes das ações. Para exemplificar, o “ExtenCine Lampiar” foi organizado levando em consideração a necessidade de se refletir acerca do racismo estrutural com jovens, como forma de auxiliá-los no ingresso no ensino superior e, principalmente, ouvir e refletir em conjunto, através de uma roda de conversa sem hierarquias de conhecimento, sobre as múltiplas realidades lá compartilhadas.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

O Projeto de Extensão Lampiar, regado de protagonismo estudantil e juvenil, sempre teve como prioridade em suas ações o fomento à ciência e à arte, buscando contribuir positivamente no que diz respeito à promoção de uma educação libertadora e de qualidade, possibilitando uma formação crítica dos discentes. Assim, as parcerias com escolas públicas de Ensino Médio tinham como objetivo auxiliar no tocante ao ingresso e a permanência de diversos estudantes na universidade, uma vez que esse espaço é um caminho viável e promissor para garantir uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos.

No que diz respeito aos resultados, foi possível evidenciar que nas três atividades desenvolvidas pelo projeto foram encontrados desafios no processo de organização e planejamento. Em relação à “1ª Oficina de Redação para o ENEM” e ao “ExtenCine Lampiar” observou-se certa dificuldade para encaixar as programações no calendário das escolas, ainda que a necessidade e o interesse, tanto do projeto quanto da instituição, fossem evidentes. Já em relação à oficina de colagem “Cola a tua ideia na nossa!”, o desafio foi em relação à locomoção dos estudantes para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), fato solucionado por meio da parceria entre o projeto e a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade que disponibilizou um ônibus para trazer os estudantes ao Campus Central da UERN.

No entanto, cabe ressaltar que os impactos positivos superaram os negativos, uma vez que foi possível perceber um enorme engajamento do corpo discente em todas as atividades.

No que diz respeito à oficina de redação, os alunos, que primeiramente demonstraram timidez com a chegada do projeto, aos poucos foram se familiarizando com a atividade promovida e com o professor parceiro, respondendo, com confiança, aos questionamentos propostos, exercitando o conhecimento acerca da estrutura e dos elementos necessários para a construção da redação do ENEM.

Paralelamente, a oficina de colagem possibilitou a transformação da sala de aula, vista normalmente como um espaço “rígido” de leituras e de escuta, em um ambiente de liberdade e de arte, em que os estudantes puderam construir produções artísticas em conjunto, entendendo que a arte





também é peça fundamental para a formação individual e coletiva.

Por fim, o ExtenCine, além de trazer o aspecto de transformação da sala de aula em um ambiente mais descontraído, fomentou debates acerca de questões étnico-raciais, em que os estudantes puderam relatar suas experiências e vivências, ultrapassando o simples ato de ouvir, de maneira passiva, o que é o racismo estrutural. No modelo de sala de aula invertida freireano, as reflexões propostas pelo projeto parceiro serviram como estímulos para que o debate fosse construído pelos próprios alunos de maneira ativa.

É um fato que o estudo em sala de aula realizado pelas instituições de ensino em análise é de extrema importância para o crescimento pessoal e profissional dos estudantes. Porém, a universidade cumpre seu papel social, por meio dos projetos de extensão, ao impactar positivamente a comunidade que a cerca, ultrapassando as paredes da sala de aula e chegando nos lugares em que sua contribuição é necessária.

## 5 CONCLUSÃO

Em sede de conclusão, o presente trabalho direciona holofotes sobre a conexão direta e vital que existe entre a educação e a extensão na sociedade contemporânea, destaca-se ainda o papel fundamental que as ações de extensão desempenham nas melhorias e aprimoramentos no ensino das escolas públicas. O projeto de extensão e revista acadêmica *Lampiar*, que serve como exemplo paradigmático, demonstra com clareza como a academia pode firmar compromisso de maneira efetiva com a comunidade externa, promovendo o acesso à educação de qualidade e com o aprimoramento das práticas pedagógicas.

Ao longo do desenvolvimento do artigo, exploramos de que forma as ações de extensão fornecem recursos e conhecimentos complementares, assim como solidificam as relações e os laços entre universidade e sociedade, esses mesmos benefícios se estendem diretamente aos alunos de ambos os lados.

Através de análises como as supracitadas, foi possível reforçar a importância de continuar investindo em projetos que sustentem os pilares da universidade pública, a fim de se estabelecer um contraponto aos desafios persistentes e intrínsecos à mesma. A educação de qualidade e inclusiva é um alicerce para o desenvolvimento de toda nação, e a extensão universitária é uma potente ferramenta disso.

Dessa forma, conclui-se que as atividades realizadas pela revista *Lampiar* em colaboração com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e as demais escolas públicas são vias promissoras para promover uma educação mais plural, equitativa e inclusiva. É de suma importância continuar a aprimorar e expandir esses esforços, incrementando o trabalho em conjunto e lutando para a construção de um futuro mais brilhante para a





educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 de setembro de 2023

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. [S. l.], 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

DUARTE, Clarice Seixas. A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL DE NATUREZA SOCIAL. **Cadernos Cedes: O SUCESSO ESCOLAR: UM DESAFIO PEDAGÓGICO**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 691-713, out. 2007.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da colônia ao século xx**. São Carlos: Edufscar, 2010. 117 p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: [s.n.], 2012. Disponível em: [https://www.uern.br/controldepaginas/proex-documentos-legisla%C3%A7%C3%A3o/arquivos/1165pola%C2%ADtica\\_nacional\\_de\\_extensa%C2%A3o\\_universita%C2%A1ria\\_e\\_book.pdf](https://www.uern.br/controldepaginas/proex-documentos-legisla%C3%A7%C3%A3o/arquivos/1165pola%C2%ADtica_nacional_de_extensa%C2%A3o_universita%C2%A1ria_e_book.pdf). Acesso: 28 de setembro de 2023.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 28 de setembro de 2023.

GONÇALVES, N. G. **Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário**. *Perspectiva*, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015.

NOGUEIRA, M. DAS D. **A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na América Latina**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30545>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. et al. DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: iniciativas das secretarias de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 478-504, maio, 2018.





ZIBAS, Dagmar et al. **A gestão escolar como cenário de inovação educativa**: o protagonismo de alunos e pais no ensino médio; cinco estudos de caso: relatório final. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; OEI, 2004.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 41, n. 144, p. 752-769, dez. 2011. FapU-NIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742011000300006>.

